
O Monitor de Angola

Nº 3, 2017

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. Publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês), também está disponível em inglês.

Esta edição cobrirá:

Política: equipes de observadores das próximas eleições convidadas, mas União Europeia pode não enviar uma equipe; resultados esperados das eleições; imunidade vitalícia para o ex-presidente; RDC pode adentrar uma crise total.

Economia: Luanda retoma título de cidade mais cara do mundo; diversificação econômica: um compromisso retórico?; Emiratos termina parceria com TAAG.

Direitos humanos: Jornalistas acusados de crimes contra o Estado; relatos de morte violenta em região de diamantes; eleição da segunda representante angolana no comitê executivo da União Africana.

Ajuda e desenvolvimento: Angola recebe mais de trinta mil refugiados da RDC; ministros participam de conferência nacional sobre desminagem; Angola no Fórum de Mulheres Líderes para a Transformação da África; segunda central elétrica de Cambambe inaugurada; Mbanza Congo declarada Patrimônio Mundial.

Esta edição também está disponível em inglês.

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie os comentários para info@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o sítio do ACTSA: www.actsa.org.

Política

Observadores das eleições estarão presentes, mas provavelmente sem nenhuma equipe da União Europeia

O presidente angolano José Eduardo dos Santos convidou diversos observadores de organizações e individuais para testemunharem as eleições a serem realizadas em agosto. Entre os convidados estão a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), além dos ex-presidentes de Gana, Timor Leste, Moçambique, entre outros. O partido de oposição União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) apelou ao governo estadunidense e à comunidade internacional para acompanharem o processo eleitoral de perto. No entanto, ainda não se sabe se a União Europeia enviará uma equipe de observadores. Notícia-se que a União Europeia requisitou acesso irrestrito às seções eleitorais e que os angolanos recusaram o pedido. Até meados de julho, negociações relacionadas ao envio de uma equipe de observadores da União Europeia continuavam.

As delegações do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC e da União Africana (UA) já estão em Angola avaliando as preparações para as eleições. O ministro do Interior, Eugênio Laborinho, pronunciou-se após reuniões com as duas organizações dizendo que lições foram tiradas das últimas eleições e os preparos para segurança estavam garantidos.

Houveram apelos de todos os partidos para que não se utilize de meios antidemocráticos. No entanto, alguns críticos questionam este compromisso após manifestações por eleições transparentes serem

reprimidas com a prisão de sete ativistas em maio. As eleições gerais angolanas ocorrerão no dia 23 de agosto de 2017. A UNITA, maior partido de oposição, expressou preocupações acerca do apoio da mídia estatal ao partido de situação, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Quais serão os resultados das eleições?

Essa eleição será histórica. Será a primeira eleição na história angolana que não terá José Eduardo dos Santos como candidato a presidente. Qualquer que seja o resultado, uma coisa é certa: Angola terá um novo presidente. Alguns observadores entendem que ao oferecer tanto mudança quanto continuidade, o MPLA obterá uma vitória confortável. Nas últimas eleições o MPLA obteve 72% dos votos. O candidato a presidente do partido, João Manuel Gonçalves Lourenço, que atualmente ocupa o Ministério da Defesa, buscará garantir uma maioria semelhante como uma forma de garantir sua legitimidade. Alguns analistas sugerem que com a economia em crise e o aumento da insatisfação com os altos índices de pobreza e desigualdade social a oposição pode obter resultados melhores que os das últimas eleições, possivelmente reduzindo a maioria do MPLA para números abaixo de dois terços. Todos, porém, concordam que o provável resultado final será a vitória do MPLA, possivelmente com uma maioria confortável. Se as previsões se realizarem, questiona-se se o novo presidente realizará mudanças significativas ou se, além do nome do novo líder, haverá qualquer outro tipo de mudança.

José Eduardo dos Santos ainda estará presente na política angolana após as próximas eleições. Apesar de afastar-se do cargo de presidente, ele permanecerá como presidente do MPLA, embora existam rumores crescente relacionados ao seu estado de saúde. Não está claro se José Eduardo dos Santos reterá posições do partido após as eleições como um arranjo temporário e de transição do país. Se ele permanecer por mais tempo, ele poderá se tornar um ex-presidente ativo e que promove intervenções no país. Seu filho mais velho é presidente do Fundo Soberano de Angola e sua filha é presidente da estatal petrolífera Sonangol.

Angola na “terceira etapa” da formação do Estado democrático

O ministro da Justiça e Direitos Humanos, Rui Mangureira, afirmou durante uma palestra sobre a justiça e a lei na construção do estado democrático que Angola está entrando na sua “terceira etapa” de formação do Estado. Falando durante uma iniciativa promovida pelo Instituto Superior Politécnico Tocoísta, Magueira disse que a primeira etapa da formação estatal ocorreu a partir da independência nacional entre 1975 e 1991 e foi marcada por um regime socialista no qual o Estado angolano assumiu todas as responsabilidades. A segunda etapa, entre 1991 e 2010, testemunhou a abertura do sistema político que permitiu a emergência de outros partidos políticos. A terceira etapa, vivenciada atualmente pelo país, foi marcada pela aprovação de uma nova Constituição. De acordo com Rui Mangureira, o sistema de justiça teve que ajustar-se a cada fase, mas que a força da lei e do Estado democrático está tornando-se cada vez mais consolidada e que atualmente ocorre uma reforma da justiça e leis. Críticos permanecem céticos com relação ao programa de justiça de Angola após alegações de corrupção no Estado e prisões de vários jornalistas e ativistas durante este período que antecede as eleições.

Críticos acusam o MPLA de buscar imunidade vitalícia para José Eduardo dos Santos

Críticas vindas dos partidos de oposição apontam para uma blindagem especial que o partido de situação, MPLA, está tentando introduzir para José Eduardo dos Santos após sua saída do cargo de presidente ao fim das próximas eleições. Apesar de ser comum que ex-presidentes gozem de certos privilégios após deixarem o posto de líder do país, receios têm sido expressados por partidos de oposição após a tentativa do MPLA de mudar os benefícios para antigos chefes de Estado. Um projeto de lei orgânica publicado pela Imprensa Oficial de Angola no início de junho despertou a controvérsia. Elementos-chave incluíam um status legal especial de “Presidente Honorário Emérito da República” que significaria que José Eduardo dos Santos só poderia ser julgado por um tribunal especial por qualquer crime cometido durante o tempo que passou como presidente. Outro elemento do esboço de lei absolvía o presidente da responsabilidade por atos cometidos durante o curso de suas tarefas presidenciais. Entre outros itens detalhados no esboço está o aumento da remuneração para o equivalente a 90% do seu salário atual de mais US\$ 6.200 por mês, o fornecimento de seguranças pessoais e carros com choferes, além de um salário substancial para a primeira-dama. No entanto, ao levar a proposta ao parlamento, as expressões “Presidente Emérito” e “foro especial” foram

alegadamente retiradas do projeto de lei. José Eduardo dos Santos, presidente angolano desde 1979, anunciou em fevereiro que iria se retirar do cargo de presidente do país após as eleições que ocorrerão em Agosto.

Eleições na RDC cada vez mais improváveis em 2017?

Eleições na República Democrática do Congo eram esperadas para novembro de 2016 (O Monitor de Angola 1:2017), porém foram adiadas. Angola, que é a atual presidente da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e já interveio diversas vezes na RDC, disse que apoiou o adiamento “por alguns meses”. Depois de passada mais da metade de 2017, ainda não há nenhum sinal de que eleições ocorrerão este ano. O presidente da RDC, que já cumpriu os dois mandatos permitidos pela Constituição, nomeou um novo Primeiro Ministro em maio. Em julho, o presidente da comissão eleitoral foi citado dizendo que não achava que seria possível realizar as eleições presidenciais até dezembro de 2017. No passado, Angola apoiou o presidente Kabila, porém entende-se que no atual momento apoia o afastamento de acordo com a Constituição. Alguns analistas entendem que o raciocínio de Kabila é de que Angola está focada nas suas próprias eleições e que, assim, não intervirá outra vez em assuntos da RDC. O presidente Kabila está impedido de concorrer a um terceiro mandato pela constituição e por um acordo fechado no final de 2016 adiando as eleições para que se buscasse uma mudança constitucional. Há aproximadamente quatro milhões de pessoas desalojadas na RDC. Um milhão dos desalojados vem da província de Kasai, que faz fronteira com o norte e leste de Angola e que desde agosto de 2016 testemunhou uma explosão na violência após confrontos entre forças de segurança estatais e líderes tradicionais. O gatilho dos confrontos foi o assassinato de Kamuina Nsapu, herdeiro de uma chefatura. Nos últimos três meses, estima-se que mais de trinta mil cidadãos da RDC exilaram-se na província angolana de Lunda Norte para fugir do conflito.

Economia

Luanda novamente lidera a lista de cidades mais caras do mundo para estrangeiros

Luanda retomou o título de cidade mais cara do mundo para estrangeiros de acordo com a pesquisa anual sobre custo de vida produzida pela firma de consultoria Mercer. No último ano, a cidade caiu para o segundo lugar da lista de cidades mais caras, mudança atribuída à queda dos valores do petróleo e ao enfraquecimento da moeda local. Contudo, Luanda retomou o título neste ano, apesar do enfraquecimento da moeda local, o Kwanza, frente ao dólar. De acordo com o Fórum Econômico Mundial o alto custo de vida em Angola deve-se, em parte, ao padrão de acomodação tipicamente buscado pelos estrangeiros, estes imóveis são escassos no mercado e, por isso, mais caros. Além do custo da moradia, a pesquisa também levou em consideração aspectos como o entretenimento, a alimentação, vestuário e transporte, reavaliando o custo de uma ampla gama de itens para cada cidade. Estes itens vão desde uma xícara de café, passando pelo litro da gasolina e até o preço de uma calça jeans.

Diversificação econômica: indo além de um compromisso retórico?

A diversificação da economia angolana tem sido um tópico recorrente para todos os partidos no período que antecede as eleições. Nos últimos meses, João Lourenço, o candidato do partido de situação, MPLA, destacou a necessidade de diversificar a economia através de investimentos privados e desenvolvimento agrícola, além de investir em capital humano para reduzir a dependência de mão-de-obra estrangeira especializada. O compromisso do MPLA de diversificar a economia centrada no petróleo tem sido questionado por membros da oposição. Um conselheiro do presidente do partido de oposição Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), Carlos Tiago Kandada, afirmou que a oposição há muito tempo insiste na diversificação econômica e que o governo resistiu à diversificação durante o boom do petróleo. Falando em nome do partido via vídeo transmitido pela internet durante a conferência Fórum Angola na Chatham House, em Londres, Kandada também ressaltou que ele apoiou fervorosamente um pesado investimento na agricultura. O vice-presidente da

UNITA, Raul Manuel Danda, durante fala na mesma conferência, também mencionou os investimentos na agricultura como prioridade máxima de seu partido. De acordo com a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aproximadamente 45% do PIB angolano e cerca de 95% das exportações estão baseadas na produção petrolífera. Existe um compromisso retórico para a diversificação econômica já há algum tempo. Em 2016, Angola passou por uma profunda recessão e alguns economistas dizem que por isso a diversificação foi posta de lado para dar lugar à estabilização. Porém, quinze anos após o término da guerra civil e com os preços do petróleo começando a se estabilizar, analistas questionam quando os políticos angolanos irão tirar a economia do país de um estado de contenção de crises e estabilização e adotar estratégias de desenvolvimento.

Salários do funcionalismo público aumentarão 15%

O ministro das Finanças anunciou que o setor público terá aumento de 15% na folha de pagamento este ano. Nenhum detalhe adicional foi fornecido. No início do ano, professores entraram em greve. A inflação culminou em aproximadamente 40% no final de 2016 e ainda está acima de 30%. Diz-se que o governo quer evitar insatisfação generalizada da classe trabalhadora no período que antecede as eleições nacionais de 23 de agosto.

Emirates termina parceria estratégica com TAAG

A empresa aérea Emirates terminou sua parceria estratégica prevista para durar dez anos com a aerolinha estatal angolana TAAG Linhas Aéreas de Angola E.P. após o segundo ano. A partir da parceria a Emirates estava auxiliando a TAAG a tornar-se lucrativa. A Emirates cortou seus voos de Dubai para Luanda de cinco para apenas três semanais. Os voos tinham chegado a ser diários. Alega-se que o motivo causador do cancelamento, implementado de maneira imediata, foi a impossibilidade da Emirates repatriar várias centenas de milhares de dólares de lucros com vendas. A questão relacionada à retirada de fundos de propriedade de empresas para fora de Angola tem sido um problema há vários anos. Investidores esperavam que o envio de fundos para fora do país seria mais fácil, mas com a escassez de dólares e problemas de liquidez parece que o envio desses recursos não ficaram mais fáceis e poderão tornar-se ainda mais difíceis. Angola está na 182ª posição entre 190 países no quesito “facilidade para realização de negócios” segundo o Banco Mundial.

Direitos Humanos

Jornalistas acusados de crimes contra o Estado

Dois jornalistas angolanos foram acusados de crime contra o Estado por publicar um artigo que detalhou a aquisição ilegal de terras públicas pelo Procurador-Geral da República de Angola. O artigo foi publicado inicialmente pelo jornalista investigativo e editor da revista online anticorrupção Maka Angola, Rafael Marques de Morais, em novembro de 2016. O jornalista e editor do jornal angolano O Crime, Mariano Brás Lourenço, republicou o artigo adicionando um comentário pessoal. Após as publicações, os dois jornalistas foram acusados de crimes de injúrias e ultraje a órgão de soberania. Os crimes têm penas máximas de um e três anos de prisão respectivamente, sendo a última acusação classificada como crime contra o Estado. O artigo intitulado “Procurador-Geral da República envolvido em corrupção” alegava que o Procurador-Geral, João Maria de Sousa havia comprado terras como um especulador imobiliário na província do Kwanza Sul. A compra, segundo Rafael Marques, contradiz diretamente o princípio da dedicação exclusiva previsto pela Constituição de Angola que impede magistrados judiciais de desempenhar qualquer outra atividade comercial (com exceção de atividades de docência e pesquisa científica de caráter jurídico).

O Comitê de Proteção dos Jornalistas (CPJ) criticou o governo de Angola por penalizar a publicação de um artigo que trata de questão do interesse nacional, enquanto a União Angolana de Jornalistas disse que a lei é uma “ferramenta política para intimidar a imprensa”. Desde o anúncio das acusações, a Anistia Internacional publicou um comunicado dizendo que considera as acusações como sendo motivadas politicamente e como parte de uma tática do governo de desencorajar outras críticas.

Mariano Brás disse que acredita que a condenação pelas acusações será uma indenização tão devastadora que obrigará o jornal a fechar.

Relatos de mortes violentas em região de exploração de diamantes

Há relatos de violência contra manifestantes pacíficos durante os protestos na província de Lunda Norte, no norte de Angola. Alega-se que a polícia disparou diversas vezes durante uma manifestação de separatistas Tchokwé quando eles marchavam da cidade de Luzamba para a capital regional, Cuango. Os manifestantes estavam protestando em busca de assegurar algum nível de autonomia para o povo Tchokwé, habitantes do antigo reino Lunda. Relatos apontam para a morte de uma pessoa que não estava envolvida no protesto. De acordo com uma fonte da imprensa angolana, a manifestação foi organizada pela organização Movimento do Protectorado Lunda-Tchokwé (MPL-T), banida pelo governo. A organização pediu autorização do presidente para realizar a manifestação, porém não a obteve, decidindo continuar com o ato assim mesmo. Um segundo protesto não autorizado promovido pela mesma organização ocorreu na cidade de Cafunfo, na mesma província. Há relatos que afirmam que o ato, que teve a presença de centenas de pessoas, também foi atacado por disparos vindos da polícia. O MPLA disse que não deu ordens para disparar contra manifestantes e que, caso algum policial tenha decidido disparar, terá que responder legalmente.

A angolana Manuela Maria Teresa foi eleita comissária da UA para os Direitos Humanos e dos Povos.

No final de junho, Manuela Maria Teresa competiu contra outros cinco concorrentes para conseguir o cargo de comissária da União Africana para os Direitos Humanos e dos Povos. Maria Teresa venceu o primeiro turno da votação com 49 votos. Ela é a segunda angolana a ocupar o comitê executivo da União Africana este ano. A primeira foi Josefa Sacko, eleita, em janeiro, comissária para a Economia Rural e Agricultura.

Assistência e Desenvolvimento

Desde abril, Angola recebe trinta mil refugiados da RDC

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) reafirmou através de um representante em Angola seu apoio aos refugiados da República Democrática do Congo (RDC). Angola tem recebido um grande influxo de refugiados para a província da Lunda Norte. Os refugiados buscam abrigo devido ao ressurgimento do conflito na região de Kasai, na RDC. De acordo com o site Relief Web, trinta mil refugiados chegaram a Lunda Norte desde abril e um apelo urgente foi lançado. No começo de junho, o ACNUR clamou por uma contribuição de 65 milhões de dólares para auxiliar os refugiados. O Ministro da Reinserção Social, Gonçalves Muandumba, comentou sobre o caráter complexo do grande influxo de refugiados e pediu para que todos os atores possíveis concentrem esforços para contribuir com a estabilidade da RDC. Um comunicado separado do diretor do Bureau Africano da ACNUR, Valentin Tapsoba, elogiou Angola pelo “acolhimento caloroso”, porém ressaltou que os centros de recepção de refugiados angolanos estão com lotação além de suas capacidades. Estima-se que refugiados continuem a chegar a uma taxa de cem por dia.

No dia 23 de junho, o Conselho de Direitos Humanos da ONU concordou em requisitar uma equipe de especialistas internacionais, incluindo especialistas da região, para serem enviados para Kasai a fim de investigar alegações de abusos aos direitos humanos e violações das leis humanitárias internacionais.

Ministros participam de conferência nacional sobre desminagem em Angola

No último mês, em Luanda, foi realizada a conferência Nacional sobre desminagem com o lema “Angola livre de minas, para o desenvolvimento”. Mais de duzentos delegados de dezoito províncias do país participaram do evento, além de convidados internacionais. Os participantes da conferência elogiaram os esforços do governo angolano e de seus parceiros internacionais, ressaltando que entre 1995 e 2017 mais de 3,4 bilhões de metros quadrados de terra foram desminados. O ministro da

Reinserção Social, Gonçalves Muandumba, destacou o fato de que o programa de desminagem ainda está em andamento e convidou parceiros nacionais e internacionais a ajudarem na desminagem de Angola. Muandumba disse que mais 200 milhões de dólares serão necessários para que se alcance o objetivo do Tratado de Ottawa de declarar o país livre de minas até 2025. Atualmente, o maior financiador internacional da desminagem de Angola são os Estados Unidos, embora se espere que o país reduza o auxílio uma vez que o orçamento para ajuda internacional do atual governo estadunidense seja reduzido. Outros doadores incluem a Noruega que doou 400 mil de dólares em 2016, de acordo com a Norwegian People's Aid (APN). O Reino Unido não fornece atualmente auxílio direto a Angola, o país encerrou seu programa de desminagem de dois milhões de libras esterlinas em 2011. No entanto, após novas promessas de 100 milhões de libras esterlinas do fundo britânico para desminagem ao redor do mundo, existem alguns pedidos para uma revisão dos recursos para auxiliar na desminagem de Angola.

Angola marca presença no Fórum de Mulheres Líderes para a Transformação da África

A ministra angolana da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, representou Angola no Fórum de Alto Nível de Mulheres Líderes para a Transformação da África, em Nova Iorque. O fórum, com duração de três dias, ocorreu na sede da organização das Nações Unidas, onde foi lançada a Rede de Mulheres Líderes Africanas, uma iniciativa que busca aumentar a liderança feminina na transformação da África com foco na paz, governança e estabilidade. O encontro ocorreu entre os dias 31 de maio e 2 de junho e teve a presença de 80 participantes da África e da diáspora africana, incluindo líderes femininas da política e do setor público, dos negócios, da mídia e da sociedade civil. De acordo com a ONU Mulher, o encontro foi concluído com um “quadro de referência robusto” da Rede de Mulheres Líderes Africanas. As estratégias da rede incluem a aprendizagem entre pares e aconselhamento para melhorar a liderança feminina na África. Se levado em conta o parlamento angolano, o país demonstra um relativo alto índice de líderes políticas femininas. 36,8% do parlamento angolano compõe-se por mulheres, colocando o país na 19ª posição no mundo, de acordo com o Fórum Global de Líderes Políticas Femininas (Women Political Leaders Global Forum). A África do Sul lidera a região nesse quesito, estando na décima posição com 40,8% de mulheres compondo a assembleia nacional. O parlamento britânico e o dos Estados Unidos estão na 48ª e 85ª posições respectivamente.

Segunda central elétrica de Cambambe é inaugurada

O vice-presidente de Angola, Manuel Vicente, inaugurou a segunda central elétrica da usina hidrelétrica de Cambambe, na província do Cuanza Norte. A primeira central elétrica, construída na década de 1960, passou por modernização para melhorar sua produtividade, concomitantemente com a construção da segunda central que possui quatro geradores. As obras elevaram a capacidade máxima de geração de energia para 960 megawatts. Estima-se que o projeto tenha custado dois bilhões de dólares e empregado dezenas de milhares de trabalhadores que, segundo fontes da mídia do país, 80% eram angolanos. Representando o presidente José Eduardo dos Santos na inauguração, o vice-presidente também entregou eletrodomésticos como geladeiras, freezers e equipamentos de som para trinta autoridades tradicionais e membros da sociedade civil.

Mbanza Congo declarada Patrimônio Mundial

O centro histórico da cidade de Mbanza Congo, na província do Zaire, norte de Angola, foi declarado Patrimônio Mundial da Humanidade. A cidade, fundada no século XIII, é conhecida como a capital política e espiritual do antigo reino do Congo, um dos maiores estados da África austral e ocidental entre os séculos XIV e XIX. Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, na sigla em inglês), Mbanza Congo “demonstra mais que em qualquer outro lugar da África subsaariana as profundas mudanças causadas pela introdução do cristianismo e pela chegada dos portugueses à África central”. Angola foi um dos três países africanos a terem sítios culturais declarados Patrimônio Mundial em julho de 2017. Os outros contemplados são Asmara, na Eritreia, e a paisagem cultural dos Khomani, na África do Sul.

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.